



Anais da Assembleia

Nº 168

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 248ª SESSÃO ORDINÁRIA
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1975
(Terça-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Maurício Fruet.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguialdo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Edilson Alencar, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel e Luiz Soares (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Coronel de Infantaria Breno Vignoli, ocorrido em data de ontem, na cidade de Ponta Grossa.

Outrossim, solicita ainda, se aprovado o presente requerimento, seja dado conhecimento à família do extinto.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do plenário, requer seja consignado na ata um voto de louvor ao jornal "O Estado do Paraná", tendo em vista ter publicado em data de 14 último, a integral do Projeto do Estatuto do Magistério, acatando desta forma sugestão desta Casa, por nós formulada.

Requer, outrossim, que ao interessado dê-se ciência desta homenagem, como prova de reconhecimento dos representantes do povo paranaense.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício à S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando que se digne determinar a instalação de um Posto de Saúde em Oliveira Castro, município de Guaíra.

O local, em franco progresso e desenvolvimento, ressentese deste benefício, ocasionando sérios transtornos aos seus moradores, havendo, em consequência, urgência na adoção da pleiteada medida.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Examinando o relatório anual do Conselho Diretor Executivo, divulgado pelo Banco Brasileiro de Descontos, ainda em 1974, prazerosamente colhemos os seguintes dados, comprobatórios da dinamicidade financeira dessa conceituada organização voltada para a elevação do bem comum e do bem estar social, através de sua Fundação: "O orçamento anual de 1974, da Fundação Bradesco, foi da ordem de 7 e meio milhões de cruzeiros, destinados a cobrir, além do pagamento do pessoal e manutenções de escolas as doações de uniformes, material didático, alimentação escolar, atendimentos médicos, odontológicos e de primeiros socorros. A Fundação conta com seis unidades instaladas, em pleno funcionamento e outras duas em fase de implantação, além de quatro cursos de rápida profissionalização".

Eis a seguir, as unidades educacionais implantadas e mantidas pela Fundação Bradesco: a) Na Cidade de Deus: Ensino Pré-Primário, com 12 classes funcionando em 6 salas de aula; Escola de 1º Grau "Embaixador Assis Chateaubriand", com 38 classes funcionando em 21 salas de aula; Escola de 2º Grau — Cursos Técnicos na Cidade de Deus, com 17 classes: Técnico em Programação de Computadores; Técnico em Turismo; Técnico Assistente de Administração; Núcleo de Capacitação e Treinamento de Pessoal; Curso Intensivo de Enfermagem; Escola de Artes Gráficas; Curso para manutenção de máquinas de escritório; Cursos intensivos para formação de inseminadores artificiais em bovinos, mantendo ainda Banda Marcial com um total de 60 participantes.

Além dessas instituições circunscritas ao território sede Cidade de Deus, em Osasco-SP, a Fundação Bradesco mantém os seguintes Núcleos Externos: Escola de 1º Grau "Ministro Jarbas Passarinho, em Conceição do Araguaia, no Estado do Pará; Escola de 1º Grau "Dr. Dante Pazzanese" na Fazenda Canuanã, em Formoso do Araguaia, no Estado de Goiás; Escola de 1º Grau "Fundação Bradesco", na Estrada de Sete Barras, em Registro, no Estado de São Paulo; Escola de 1º Grau "Professora Adélia Cabral Varejão", em Laguna, no Estado de Santa Catarina; Escola de 1º Grau "Presidente Emílio Garrastazu Mé-

dici, na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul.

Este mesmo relatório anunciava ainda as metas a serem atingidas neste ano de 75, com as implantação de Unidades Educacionais nas cidades de Anhangüera - SP; Uberaba - MG, apoiando financeiramente o Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição Gastroclínica.

São estas informações que engrandecem, dignificam e glorificam a organização BRADESCO, confirmada como uma das mais sólidas dentre as estruturas congêneres no Brasil. São estes dados que a tornam respeitável no seio da família brasileira, mesmo sem se citar sua importância como a principal, maior e por isso, mais sólida organização creditícia do Brasil, orgulhando-se disso, seus mais de 400.000 acionistas e seus outros milhares de clientes em suas diversas faixas de atendimento.

Maringá faz-se presente nas estatísticas do BRADESCO e sua participação é proeminente. Quicá seja sua agência em Maringá a ocupante de posição primeira dentre as mais de 750 filiais esparramadas em todo o território nacional.

E por isso, Senhor Presidente, por esse posicionamento, pela polarização que exerce em toda a região do Norte-Noroeste do Paraná, Maringá reclama do BRADESCO uma retribuição e reclama com justiça, pois se DÁ é justo que RECEBA. Fazemos nossas as vozes dos maringaenses que pleiteiam a presença do BRADESCO no desenvolvimento daquele predestinado município e reivindicamos seriamente, convictos de pronto atendimento que o Sr. AMADOR AGUIAR, dinâmico presidente dessa organização, determine, de imediato, a implantação de Unidade Educacional na cidade de Maringá, para o que receberá amplo apoio, temos certeza, da municipalidade que representamos nesta Casa.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

PROJETO DE LEI:

Art. 1º - Fica criado o Município de NOVA PRATA, desmembrado do município de Salto do Lontra, com sede no distrito do mesmo nome com os seguintes limites e confrontações:—

NORTE:— Com os municípios de Catanduvas e Capitão Leônidas Marques, começando na barra do Rio Jaracatiá com o Rio Iguaçu pelo qual desce até a barra do rio Cotegipe;

OESTE:— Com os municípios de Realeza e Santa Izabel do Oeste, começando na barra do Rio Cotegipe e subindo por este até a barra do Rio Borges;

SUL:— Com o município de Santo do Lontra, começando na barra do rio Borges, e subindo por este até a sua nascente, de onde segue pelas linhas de divisa dos lotes 66A, 67, 70, 71, 72, 77, 75, 76, 60, 66, 104, 78 e 105 da gleba 70 FB e dos lotes 72 e 2 da Gleba 69FB, alcançando a nascente do Rio Louco, por onde desce até alcançar o Rio Jaracatiá.

Os lotes citados pertencerão ao Município de Nova Prata.

LESTE:— Com o município de Dois Vizinhos, começando na barra do Rio Louco com o Rio Jacaratiá e descendo por este até a sua barra no Rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 1975

aa) IVO THOMAZONI

DENI LINEU SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:—

O distrito de Nova Prata, município de Salto do Lontra, apresentou nos, últimos anos, notável progresso o que o trans-

formou no principal distrito de toda a região do sudoeste paranaense.

Distando vinte km da sede do município de Salto do Lontra, apresenta as condições sócio-econômicas necessárias à sua emancipação.

A seguir apresentamos alguns dados preliminares, inclusive com algumas certidões que, cremos, justificam a abertura do processo emancipatório, de conformidade com a legislação em vigor;

1 - População do Distrito (1970), de acordo com a Fundação I.B.G.E.	14.470
2 - População da sede do Distrito (1970) segunda a mesma fonte	1.056
3 - Total de eleitores do Distrito, de acordo com a 115ª Zona Eleitoral (Dois Vizinhos)	5.127
4 - Total de eleitores da sede do Distrito segundo a mesma fonte	1.795
5 - Número de prédios na sede do Distrito, segundo certidão da Prefeitura Municipal	570
6 - Imóveis cadastrados junto ao INCRA	1.756
7 - Capelas, inclusive matriz da Igreja Católica	22
8 - Ginásio Estadual	1
9 - Banco (BANESTADO, em instalação)	1
10 - Repetidora de televisão	1
11 - Área pavimentada	35.000m ²
12 - Produção agrícola, conforme quadro anexo.	

Cumpra ressaltar que a emancipação que se pleiteia não reduzirá às condições mínimas, o município de Salto do Lontra, conforme se provará caso vingue o presente Projeto de Lei.

Por outro lado há o consenso, comprovado pela Moção aprovada pela unanimidade da Câmara dos Vereadores de Salto do Lontra.

DOCUMENTOS ANEXOS:

- 1 - Lei nº 261 - Pref. Mun. Salto do Lontra
- 2 - Of. 173/75 " " " " "
- 3 - Moção da Câmara Municipal de Salto do Lontra
- 4 - Abaixo assinado
- 5 - Certidão do TRE
- 6 - Certidão do TRE
- 7 - Certidão nº 3/75, da Pref. Mun. Salto do Lontra
- 8 - Certidão da Pref. Mun. de Salto do Lontra
- 9 - Declaração do DRI, da Sec. Estado Finanças
- 10 - Of. DELST.PR.SDIV/2713, da Fundação IBGE
- 11 - Mapa

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Atendendo a um princípio de coerência de ação parlamentar, ontem, neste plenário, anunciei que apresentaria uma emenda substitutiva, ou supressiva, do artigo 8º, da Lei 6537, de 15 de maio de 1974.

E é por essa razão que quero fazer a minha justificativa (Lê):—

“Emenda ao Projeto de Lei Nº 184/75.

Acrescente-se onde couber:

Art. ... — Fica revogado o artigo 8º, da Lei nº 6.537, de 15 de maio de 1974.

Curitiba, 16 de dezembro de 1975.

JUSTIFICATIVA:—

O referido artigo 8º, da Lei 6537/74, se continuar em vigor, estará, de maneira inconstitucional, tirando a atribuição desta Assembléia, prevista pelo artigo 21, inciso V, da Constituição Estadual, de fixar atribuições e vencimentos aos cargos

públicos, através da lei cuja iniciativa, na forma da alínea "b", do § 1.º, do artigo 25 da mesma Carta, combinado com o inciso I de seu artigo 47, é da competência privativa do Governador do Estado, mas, deve ser aprovada por esta Casa.

Embora tenha vigorado pelo período necessário para atingir seus efeitos, proporcionando ao Chefe do Poder Executivo a lavratura de Decreto concedendo aumento de vinte por cento ao funcionalismo, tal dispositivo não pode permanecer como válido em nossos dias, quando novo orçamento já foi votado e aprovado e, principalmente porque o Poder Legislativo não pode, de maneira alguma, abrir mão de suas prerrogativas.

Paralelamente a este projeto, está sendo votada parte do Código de Organização e Divisão Judiciária, e o egrégio Tribunal de Justiça vem lutando com todas as armas pela preservação das atribuições que lhe são conferidas por lei, numa luta digna de ecôminos.

Por outro lado, o envio de mensagem visando a concessão de aumento de funcionários, sem o uso por parte do Sr. Governador do dispositivo que se pretende revogar, parece demonstrar a vontade de Sua Excelência em respeitar a independência e harmonia que deve haver entre os Três Poderes, daí concluirmos que fatalmente acatará esta Emenda".

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que também não se servir S. Exa. do artigo 8 da Lei citada, porque entendeu a probabilidade de vir ser a mesma declarada inconstitucional.

Por outro lado, apresento ainda um artigo ao projeto de lei que pretende aumentar os vencimentos do funcionalismo do Estado, já lido pela Secretaria da Mesa.

A emenda está vazada nos seguintes termos (Lê):

"Emenda ao Projeto de Lei Nº 184/75

Substitua-se o artigo 8.º, pelo seguinte:

"Artigo 8º - Fica o Poder Executivo autorizado, dentro das limitações orçamentárias do exercício de 1976, a reajustar, por Decreto, os vencimentos e vantagens de que trata esta Lei, sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, até os mesmos percentuais e vigência adotados pela União."

Curitiba, 16 de dezembro de 1975.—

JUSTIFICATIVA:—

Esta emenda tem duplo objetivo: primeiramente, limitar para o exercício de 1976, a delegação de poderes que o artigo 8º da Lei 6537 de 15 de maio de 1974, de maneira inconstitucional, havia delegado ao Chefe do Poder Executivo, ferindo frontalmente as determinações dos artigos 21, inciso V; 25, § 1º, alínea "c" e 47, inciso I, de nossa Carta Magna Estadual, e, por último, levando-se em conta a disposição do Governo Estadual, já demonstrada pelo artigo do mesmo número desta mensagem, em reajustar os vencimentos do funcionalismo assim que ocorrer aumento de vencimentos dos servidores federais, renovar essa delegação apenas para o exercício de 1976 e dentro da previsão orçamentária para o próximo ano, o que virá facilitar a ação do Governo, conforme já ocorreu por ocasião da aprovação da mencionada Lei 6537/74, somente que, desta feita, sem a burla da dedução do abono que havia sido concedido provisoriamente.

Esta delegação de poderes, feita com o prévio conhecimento da dotação orçamentária para 1976 e com a aprovação simultânea da concessão de aumento que deverá vigorar a partir de 1.º de janeiro, parece-nos válida, sob o aspecto legal e conciliatória na atuação dos Poderes Legislativo e Executivo legal e de real valia no que tange aos interesses do Estado e de seus funcionários."

Pareceu-me oportuno avaliar não só esta modificação no artigo 8º, mas também conhecendo que existe já uma emenda supressiva do artigo oitavo, mas querendo aproveitar o articula-

do naquela projeto de lei, consignei subsidiariamente à apreciação do plenário esta emenda, para que S. Exa. o Sr. Governador do Estado, se numa hipótese o Governo Federal aumentar o funcionalismo em 35 por cento, ele tem na lei aprovada e nesta emenda que pretendo apresentar e apresento, a viabilidade legal para acrescentar aos vencimentos, que pretende majorar em 30 por cento mais de 30 por cento.

Então, é com o objetivo de atender ao funcionalismo já tão prejudicado na sua economia, que pretendo trazer à apreciação desta Casa, a emenda que ora apresento à Mesa. (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última semana formulei desta tribuna um apelo aos nossos órgãos da imprensa, para que colaborem com esta Casa, publicando na íntegra o Projeto do Estatuto do Magistério. Nosso apelo teve ressonância e um dos mais prestigiosos órgãos de nossa imprensa, o jornal "O Estado do Paraná" na edição de domingo, dia 14, publicou na íntegra o Projeto do Estatuto do Magistério, possibilitando assim que todos os professores do Paraná tenham um exemplar nas mãos e possam, conscientemente, analisar o documento enviado a esta Casa. E o que é mais válido, possam enviar sugestões a este Poder, para que democraticamente seja aberto o debate em torno do Estatuto do Magistério, evitando-se assim a possibilidade de se argumentar posteriormente de que o professor não teve possibilidade de participar da elaboração e discussão do Estatuto.

Em razão disso, apresento a esta Casa um voto de louvor ao jornal "O Estado do Paraná", que em boa hora atendeu nosso apelo e tornou possível a discussão mais ampla e democrática do Estatuto do Magistério.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em data de ontem, esta Casa assistiu da tribuna o eminente e ilustre Deputado Alfredo Gulin fazer a apologia pela defesa e permanência do Ato Institucional número 5.

Exatamente, em data de hoje, o jornal "Gazeta do Povo", publica uma entrevista concedida por um Senador da ARENA que, tecendo considerações sobre este AI, teve opinião diversa.

Para que fique registrado nesta Casa que o pensamento do Deputado do Paraná não é o único existente no Partido que dá sustentação política ao atual Governo, é que quero ler da tribuna desta Casa as declarações de um dos mais ilustradores Senadores da Arena afirmou:

"O AI-5 é a própria antilei e querer incorporá-lo à Constituição é uma monstruosidade que justifica os atos de exceção. Isto é incompatível com a minha pregação pela normalização democrática".

(Lendo): "A declaração é do Senador arenista Teotônio Vilela, que passou o fim de semana em Porto Alegre participando de diversos atos promovidos pelo setor da Arena gaúcha, quando teve oportunidade de expor seu posicionamento em relação a atualidade política brasileira e explicar o que considera errado nas atitudes governamentais. Teotônio Vilela voltou domingo a Brasília, "satisfeito por ter sido convidado oficialmente, pela primeira vez, por membros do meu Partido, para expor meus pontos de vista".

"Durante os dois dias que _ passou no Rio Grande do Sul Teotônio Vilela enfatizou a necessidade de diálogo entre os políticos e o Governo, pregou a normalização do processo democrático defendido pelo Presidente da República. Disse que não se envergonhava de pedir ao Poder Revolucionário que mantenha uma relação de "cidadão para cidadão, porque peço a quem pode dar e porque acredito em quem peço".

"Ressaltou democrática" e considerou incoerente a posição do Senador Dinarte Maris, que também esteve no Sul, defendendo a incorporação do AI-5 à Constituição.

"Isso contraria - afirmou Teotônio Vilela - o pensamento do próprio Presidente da República. É necessário, isso sim, encontrar mecanismos jurídicos que nos levem à institucionalização do regime. Uma constituição não pode existir com o AI-5, que é a anticonstituição, antilei".

"Teotônio Vilela disse que "várias tentativas foram feitas contra o projeto de distensão do Presidente Geisel" e afirmou que os acontecimentos de São Paulo, nos primeiros dias de novembro deste ano, "foram armadilha para o endurecimento do sistema". Como o Presidente conseguiu contornar a situação "em defesa do retorno ao Estado de direito". Teotônio Vilela prefere, "não obstante a gritaria de tantos, acreditar no Presidente da República do que naqueles que dizem que a revolução mal começou".

"O Senador alagoano mostrou-se extremamente otimista com a possibilidade de abertura do processo político e observou que acredita no cumprimento do calendário eleitoral. "Não tenho razões - disse - para duvidar das intenções do Presidente Geisel, apesar das objeções de alguns setores".

Isto traduz, Sr. Presidente, inequivocamente que aqueles que pretendam a permanência do AI-5 estão contra o próprio Presidente da República que ofereceu ao mundo político um projeto de distensão. Pretender e defender a permanência do AI 5 é, data vênica, grossa incogruência e incoerência para um Partido que prega, inclusive, pela eleições diretas. Eleições diretas e mandato popular não se coadunam, não convergem para o mesmo fim.

AI 5 é a possibilidade da cassação do mandato popular, é partir contra a vontade do povo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que os que quiserem se incorporar ao próprio Presidente da República devem fazê-lo, mas não com a permanência do AI 5,

Era só, Senhor Presidente. - (Sem revisão do orador. -)

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO - (Lendo): -

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ninguém pode negar que um país só cresce, havendo o necessário desenvolvimento da cultura.

Seria injusto esquecer que as regiões de um estado são polos de desenvolvimento natural de tudo aquilo que se enquadra nas aspirações comuns de um povo. Não se pode permitir que apenas as capitais dos estados, ou as cidades vistas como as mais desenvolvidas sejam as detentoras do Ensino Superior, a interiorização do ensino universitário é uma necessidade e nenhum governo sob nenhum pretexto poderá contestar esta afirmativa.

Todo governante que busca interiorizar o ensino superior, demonstra, sem dúvida alguma, a clarividência de bom administrador, pois a descentralização do Ensino Superior constitui sem qualquer dúvida, uma das maiores conquistas de uma nação que quer acelerar o seu crescimento, o seu desenvolvimento e a sua posição de destaque no conserto das nações independentes do continente.

Fundamental ao desenvolvimento à educação é o ponto seguro de partida do homem, para a caminhada de sua capacidade criadora, principalmente no que se refere às qualificações indispensáveis ao trabalho nos mais variados setores da atividade humana; na difusão do ensino, encontramos as portas que deverão abrir-se sempre para a humanidade de ordem econômica na forma que deverá ser implantada para que possamos alcançar o desenvolvimento tão proclamado nestes últimos anos, porém com poucas esperanças de ser alcançados, devido o nível de cultura da gente brasileira estar aquém de uma realidade que o País deveria estar vivendo para o seu próprio desenvolvimento; enquanto não se der condições a todos os brasileiros à faculdade

de acesso à educação, as disparidades sociais tendem a aumentar cada vez mais, e para que isto não aconteça, é preciso que providências enérgicas, tomadas de posições magistras e responsabilidades mais amplas dos governos, sejam o fato importante das realidades administrativas; não poderá de forma alguma, admitir outro plano ou organograma em busca do desenvolvimento tão propalado em forma de propaganda, principalmente nestes últimos 10 anos, se não procurar com seriedade, E D U C A R . . . Educar para alcançar este objetivo, porque esse é o imperativo único que impulsiona as mais sacrosantas aspirações de um povo que ama e se dedica ao verdadeiro desenvolvimento da sua Pátria, EDUCAÇÃO ORIENTADA e bem distribuída é sinônimo de verdadeira utilidade nacional.

Enraizam nas universidades a educação com que sonhamos e consequentemente o desenvolvimento que pretendemos; a Universidade busca a resilição educativa através da sedimentação e aperfeiçoamento cultural, fornece ao Homem a capacidade de pesquisas e as novas diretrizes previstas ou desejadas tanto na caminhada do pensamento, quanto na probabilidade da ação.

Caminho único para se alcançar com segurança a satisfação e exigências da personalidade humana, sobrejando a insegurança que proporciona a simples continuidade dos grupos sociais que muitas vezes para serem agradáveis aceitam as coisas como determinam os governos simplesmente por não querer contrariá-los, mesmo quando sabemos que as metas verdadeiras são aquelas que têm condições de alcançar os objetivos que realmente se busca alcançar.

A missão da Universidade tem um só objetivo, a de transmitir o saber desenvolvendo aptidões, para assim difundir na perfeição a cultura de que carece um povo para que possa se julgar preparado a prestar serviços a comunidade, informar e formar a opinião pública.

A Universidade contribui para o desenvolvimento das nações e das soluções de problemas sociais de toda natureza, a Universidade é o ponto de formação do homem para as conquistas de todas as caminhadas de glórias que uma nação possa concluir com vitórias em favor ao seu próprio desenvolvimento.

O Estado do Paraná, pede nesta oportunidade até se vangloriar de sua destemida arrancada no campo do desenvolvimento Universitário, empreendendo de uma forma pioneira a instituição de quatro Universidades até o presente, a do centro, que de cuja tradição espargiu publicidade das mais importantes, alcançando elogios dos mais vibrantes dos países mais cultos do continente, e além da universidade mater, se criou as Universidades de LONDRINA, MARINGÁ e PONTA GROSSA. Como se os responsáveis pelos destinos do Paraná, quisessem de uma forma das mais sábias, mais inteligentes e mais patrióticas mostrar ao resto do Brasil, que esta unidade federativa só acredita no desenvolvimento quando este se esteia nas raízes fundamentais da cultura.

Duas regiões deste Estado, Sr. Presidente e Srs. Deputados permitam me afirmar comprovadamente Geo Educacionais o NORTE PIONEIRO DO PARANÁ e o SUDOESTE, esperam com ansiedade a instalação de sua Universidade para que o nosso Estado fique melhor integrado educacionalmente, e é por esse motivo, que, como um dos representantes do NORTE PIONEIRO encaminharei nesta oportunidade, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, projeto de sugestão para dar a criação da UNIVERSIDADE DO NORTE PIONEIRO, tendo em vista ser aquela região altaneira desta unidade federativa, composta de uma extensão territorial que corresponde a quase um quinto do território do Estado, com uma população que se ascende a quase dois milhões de habitantes e com funcionamento atual de sua área de aproximadamente uma dezena de faculdades regidas em regime de fundação. O Norte Pioneiro, portanto, já se apresenta com características universitárias, e o Governo, responsável direto pelo desenvolvimento público deste Estado, cumprindo missão de seu dever e de sua competência, não deverá fugir a esse dever, e

haverá de aceitar o nosso projeto de sugestão, instituindo a Fundação Universidade Estadual do Norte Pioneiro, contribuindo assim de modo decisivo, para a solução definitiva da política educacional.

Ninguém pode desconhecer, governo e governados; que, a educação é a mais perfeita área para se fazer os melhores investimentos, logo, não poderá existir oportunidade melhor, que aqueles que o governo possa ter, no caminhar de seu mandato que tão depressa se consome senão marcar essa passagem pela história que nunca desvanece, incluindo na sua obra administrativa, o lançamento e a instituição de mais uma Universidade. A consequência do pedido que faz o povo do NORTE PIONEIRO DO PARANÁ, através deste seu humilde representante nesta Assembléia Legislativa do Estado, e fato de experiência incontestável que a cada dia mostra a todos a necessidade de se acelerar a expansão do ensino superior, de tal forma que leve a todos os quadrantes capital e interior, para que a educação possa de fato alcançar a filosofia pregada e apregoada nestes últimos tempos "A EDUCAÇÃO É DIREITO DE TODOS", assim ocorrendo estaremos vendo fluir a integração e a integralização da personalidade, além de se garantir a todos oportunidades com igualdade, que deve e tem que ser o direito da gente brasileira e paranaense.

Esperamos que o Exmo Sr. Governador do Estado em sua clarividência, compreenda que só assim deve e pode ser a forma de estender a cultura a todos os centros e a todas as regiões, oferecendo oportunidades ifuais aos jovens e aos mais idosos também, que devido à distância que sempre aumenta os custos e os obstáculos, sonham com a realização governamental deste porte, para que eles possam realizar os seus ideais de se tornarem mais cultos, para melhor impulsionarem o desenvolvimento deste Estado e, conseqüentemente, da Nação brasileira.

Considerando Santo Antonio da Platina e Jacarezinho, as cidades municípios, polarizador centro do Pioneiro Norte de nosso Estado e considerando estarem as duas comunidades distantes uma da outra em apenas 20 km, são as cidades que conjuntamente formam o ponto ideal para a instalação da Universidade do Norte Pioneiro. Verdadeiro centro de irradiação pedagógica com inúmeros estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo grau, espalhados em mais de vinte municípios, dos vinte e cinco que compõem a região, Santo Antonio da Platina e Jacarezinho proporcionarão ao Estado uma das mais importantes Universidades no Brasil, talvez menos tempo do que se possa pensar.

Daí Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo exposto em poucas palavras, que forma, entretanto, verdadeira e incontestável justificativa que nos leva a apresentar o projeto de sugestão ao Sr. Governador do Estado, pedindo a instalação da Universidade do Norte Pioneiro do Paraná, para cuja matéria esperamos receber o apoio das duas bancadas nesta Casa, ARENA e MDB."

O Projeto é o seguinte: (Lê)

"Projeto de Lei - SUGESTÃO

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE PIONEIRO, como resultante da incorporação dos estabelecimentos isolados de Ensino Superior mantidos direta ou indiretamente pelo Estado na região mencionada.

Art. 2.º - A Universidade a ser criada, para ser instituída como fu dação de Direito Público e na forma que estabelecer as determinativas da legislação Federal, Estadual e desta Lei.

Art. 3.º - A Denominação oficial da entidade será: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE PIONEIRO, que, a partir de sua instalação dirigirá o Ensino Superior em toda a região compreendida em vinte e cinco municípios, ficando o Poder Executivo com a a tribuição de decretar a extinção da personalidade jurídica individual de Estabelecimentos de Ensino

Superior que porventura se encontre instalado na referida área, fazendo integrar o mesmo no organismo diretor universitário.

Art. 4.º - A entidade terá possibilidade digo personalidade jurídica própria, a partir do ato legal da posse do Reitor da Universidade e gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, que será exercida pela forma que estabelecer a lei e o seu organismo estatutário próprio.

Art. 5.º O Estado designará bens livres e suficientes para a instituição do fundo a personalizar, bem como, fixará recursos financeiros globais na lei orçamentária do Estado, para os fins de patrimônio básico e receita essencial para a manutenção da entidade.

Art. 6.º - O Pessoal docente da entidade, será organizada e regida pelas normas das legislações Federal, Estadual e desta lei sendo que esse pessoal terão seus serviços contratados de acordo com as leis trabalhistas, fixando os contratos com o estabelecimento clausular sobre a duração, forma e remuneração por cargo discriminado.

§ ÚNICO - Em caso da entidade servir-se de funcionários da Administração pública do Estado ou de outros Governos, deverão tais funcionários submeter-se integralmente ao regime de trabalho de estabelecido pela entidade.

Art. 7.º - A Universidade e demais estabelecimentos de Ensino Superior e a ela filiados, prestarão contas, nos prazos e formas estabelecidas pela contabilidade pública e cujas contas serão submetidas à apreciação do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, na forma e tempo determinado por lei, sendo que o Patrimônio inicial da entidade constituirá além do que o Estado a ela destinar, mais os seguintes:

- a) Imóveis, móveis, equipamentos e instalações dos estabelecimentos a ela incorporados ou congregados, bem como todos os bens pertencentes à instituição mantenedora em gozo ou não de personalidade jurídica própria criada pelo Estado.
- b) Dos saldos dos exercicios financeiros dos estabelecimentos incorporados ou congregados e o das respectivas entidades mantenedoras, inclusive, dos auxílios, doações, legados e outros oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas ou privadas, relativos aos estabelecimentos incorporados ou congregados instituição mantenedora.

Art. 8.º - A Receita da entidade se constituirá:

- a) Dos recursos financeiros globais para a manutenção e desenvolvimento da entidade, fixado em orçamento anual do Estado.
- b) Auxílio e doações dos poderes públicos, pessoas, empresas ou entidades particulares.
- c) Das rendas patrimoniais
- d) Dos rendimentos de serviços prestados
- e) Da Contribuição Escolar
- F) De outras fontes

Art. 9.º - Os recursos obtidos de anuidades pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas na forma determinada constitucionalmente, serão utilizadas prioritariamente para assegurar bolsas a alunas de recursos insuficientes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos provenientes das taxas assistenciais reverterão para esses mesmos fins.

Art. 10.º - Para proceder as medidas preliminares de incorporação ou congregação, será constituída uma comissão instituída composta de dois e membros, representantes da congregação de cada um dos estabelecimentos de ensino interessados, ao qual competirá:-

I - Elaborar no prazo improrrogável de trinta dias, o anteprojeto de Estatutos da entidade e submetê-lo à votação pela Assembléia Legislativa do Estado para a competente aprovação do Executivo Estadual.

II - Eleger os nomes que comporão a lista sextupla, a ser submetida ao Chefe do Poder Executivo, para a nomeação do Reitor e do Vice Reitor.

III - Praticar os atos necessários ao seu desempenho e os que lhes forem solicitados pelo Poder Executivo.

§ 1º O Anteprojeto que será publicado no Diário Oficial do Estado, em suas disposições haverá de estabelecer os direitos, deveres, obrigações e responsabilidade civil até a aprovação definitiva pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A Lista referida e mencionada no item 2º deste artigo, será apresentada dentro de quinze dias, contado da publicação dos Estatutos mencionados no Parágrafo primeiro

Art. 11 - Nomeado e empossado o Reitor, fará este as gestões necessárias à preparação do processo de pedido de autorização e reconhecimento da entidade ao Exmo. Sr. Presidente da República na forma que a lei estabelecer.

Art. 13 - O ato legal da criação e instituição da entidade, conterà entre outros peculiares a organização, funcionamento, cronograma de implantação, os seguintes elementos:

I - A Denominação oficial da Entidade, consoante o art. terceiro da presente lei.

II - A Declaração de sua forma de fundação e de sua natureza de pessoa jurídica de direito público, com personalidade e capacidade jurídica próprias.

III - Declaração de gozo de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos estatutos.

IV - Designação do patrimônio a personalizar.

V - A Declaração da extinção das entidades que a ela se integrar ou congregar na forma que determina a presente lei.

VI - A Nomeação dos membros integrantes das comissões instituidora e de seu presidente.

Art. 14 - Tendo em vista as suas finalidades e o caráter de utilidade Nacional, a entidade entrará em entendimento com os municíios e instituições interessadas no distrito geo-educacional respectivo, afim de obter auxílios, regalias, e facilidades fiscais bem como outras formas de cooperação.

Art. 15 - Ficam ressalvados os direitos adquiridos do pessoal pertencente aos estabelecimentos de ensino incorporados ou congregados à Universidade criada pela presente Lei.

Art. 16 - Para os efeitos da criação da Universidade, fica autorizado o Poder Executivo a extinguir, por Decreto, o cargo, função ou emprego de diretor de estabelecimentos de Ensino Superior e substituí-lo por coordenador, até a aproximação definitiva dos Estatutos da Universidade.

Art. 17 - No órgão colegiado deliberativo de maior relevância da Universidade, haverá um representante do Estado, com direito a voto e que será designado pelo Secretário da Educação e Cultura.

Art. 18 - As entidades que por força da presente lei forem extintas, serão dissolvidas e liquidadas na forma e para os fins legais, sob a orientação da entidade incorporadora ou congregadora respectiva.

Art. 19 - Em todo o período de transição do regime de estabelecimentos de ensino isolados para o de Universidade, deverá observar-se o seguinte:

I - Nenhuma alteração se fará no vigente processo de recursos financeiros a cada um dos estabelecimentos incorporados ou interessados, até a implantação do processo seguinte que garanta a normalidade no cumprimento das obrigações financeiras:

II - Não se interromperá a atividade de qualquer dos letivo dos estabelecimentos de ensino interessados.

Art. 20 - Ficam criados no quadro do pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, (um) cargo em comissão símbolo L-C, de Reitor de Universidade, e (dois) cargos de Secretário geral de Universidade, símbolo 4-C.

§ Único - Os cargos de que trata este artigo, extinguir-se-

automaticamente com a aprovação definitiva dos Estatutos pelo Governo Federal.

Art. 21 - O Orçamento da Universidade, constará do Orçamento geral do Estado como órgão de execução delegado da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

Art. 22 - A Entidade Universitaria, com a denominação de UNIVERSIDADE DO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ, terá a sua instalação de forma equitativa, tanto referente à instalação de faculdades, quanto a de organismos administrativos, nos (2) municípios, Santo Antonio da Platina e Jacarezinho.

Art. 23 - Fica o poder Executivo autorizado a abrir a Secretaria de Educação e Cultura, no corrente exercício da aprovação da presente Lei, um credito especial de 1.000.000,00 destinado a cobrir as despesas com a execução da mesma.

Art. 24 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Palácio Dezenove de Dezembro, em dezesseis de Dezembro do ano de mil Novecentos e Setenta e Cinco."

Sr. Presidente, Srs. Deputados é um projeto de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, porque estamos cerceados de legislar sobre assuntos que envolvam a economia pública.

Poderíamos dizer até que estamos cerceados, como representantes do povo, de legislar de qualquer forma pelo nosso Estado. Porque não existe projeto de lei que se conclua com sua realização, sem que haja dispêndio de dinheiro público. Apelamos, entretanto, que S. Exa. o Sr. Governador do Estado se sensibilize com a população do Norte pioneiro do Paraná, principalmente com a população estudantil, que povoando 25 municípios deste Estado, com as raízes do desenvolvimento do Norte novo e Norte novíssimo e também esperam que seja pelo Governador do Estado, pela atual Administração, dado a eles aquilo que realmente merecem e têm lutado, por terem uma população de quase 2 milhões de habitantes.

Era isso que queria dizer, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Gabriel Sampaio) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Jayme Carvalho.
O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana que se passou, o jornal "O Estado de São Paulo, anunciava às páginas 14, "PAULLINELI: GOVERNO NÃO ADMITE PRESSÃO CONTRA OS POSSEIROS".

Acabo de receber, Sr. Presidente, uma Comissão de homens, trabalhadores radicados no município de São Miguel do Iguaçu e que mantêm terras na Gleba Ocoí. A Gleba Ocoí, como é do conhecimento de todos, é uma gleba em litígio. O INCRA pelo decreto do Governo Federal, está colocando lá o pessoal despejado do chamado Parque Nacional do Iguaçu, sem a devida, justa e legal indenização e fazendo com o povo trabalhador da gleba Ocoí mais um injusto e ilegal despejo, quando retira de lá aqueles moradores, sem se falar também em indenização.

E o pior, Sr. Presidente, é que neste governo revolucionário não se está utilizando o princípio revolucionário tão e decantado, eis que, para o despejo, deve-se usar medida judicial e para a Gleba Ocoí, pasmem, Srs. Deputados, pasme Sr. Presidente, o ofício que a Comissão entregou nas nossas mãos, o mandado que a Comissão entrega nas mãos dos lavradores, é o seguinte:
ORDEM DE SERVIÇO DO INCRA - PIC-OCOÍ n.º 021/75 de 04-12-1975.

O Executor do Projeto Integrado de Colonização Ocoí-Pic-Ocoí, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Portaria n.º (e não tem o número)

RESOLVE:

Considerando a necessidade de desocupar a área pertencen-

te ao PIC—OCOÍ de propriedade do Governo da União.

Considerando, que os atuais ocupantes entraram na área em questão sem autorização desta Administração.

Conceder um prazo de até dia 09-12-75 (terça-feira), impreterivelmente para que os mesmos desocupem a referida área, sob pena de despejo imediato."

Quem assina, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o engenheiro agrônomo LUIZ MOISES F. JACOBSEN, que não é Juiz de Direito, que não poderia ir contra os moradores daquela gleba que lá estão, Sr. presidente, Srs. Deputados, há cerca de quase sessenta anos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estou percebendo o empenho de V. Exa. e estou sentido que a ida de V. Exa. a esta tribuna é em razão do desespero daquele povo que reside naquela região. A situação é de desespero porque já apelaram para os Deputados Federais, os quais juntamente com os Senadores, eu pessoalmente e outros Deputados, inclusive o Deputado Ernesto Dal' Oglio gestinamos junto ao Ministro Paulinelli, Em Foz do Iguaçu. Posso precisar até a data. Foi no dia 29 ou 30 de junho. Nessa ocasião, buscamos um entendimento, um diálogo com o Governo Federal a respeito dos problemas atinentes com as terras do Parque Nacional do Iguaçu.

Ao procurarmos o diálogo com o Ministro e o Presidente do INCRA do Território Nacional — todos os componentes desta Casa são testemunhas porque vim à tribuna fazer a denúncia de um homem que é indigno de vestir a farda do Exército Nacional e quiçá usa o seu nome para administrar o Parque Nacional do Iguaçu, Coronel Reformado Jayme Paiva Belo — para evitarmos uma hecatombe social naquela região, fomos colhidos de surpresa com a agressão daquele homem que mais se assemelha a um animal e não a um racional. Fiz essa denúncia para a Presidência e para a Mesa desta Casa e, até hoje, ainda lá está esse homem a espantar os trabalhadores do Parque Nacional do Iguaçu com atos arbitrários.

Por isto sei bem do desespero daquele povo. A gleba Ocoí é uma gleba letigiosa e isto todos sabem. Existem lá na Gleba vários títulos de propriedades, como dizemos um edifício de títulos, um por cima do outro, e não se sabe dizer efetivamente qual é o legítimo, ou se há legitimidade, ou se há legitimação com últimos dos decretos que o Governo Federal vem fazendo.

Fico a perguntar, perguntou, também, e a imprensa paulista publicou — "Apesar dos esforços em torno da divulgação desses resultados o INCRA não conseguiu convencer alguns setores ligados à colonização do Acre, segundo o Diretor do COLONACRE, que em 10 anos o INCRA atua no Brasil, e não foram distribuídos pelo menos aqui, no Acre, sequer 100 títulos, ocorrendo hoje a 1.^a entrega," isto, por ocasião da entrega de títulos que o Governo descarrega para estas regiões, a entrega de títulos, como fez a exemplo disso, lá no Acre, fê-lo na região de Foz do Iguaçu, e, cria um problema de ordem de uma tensão extraordinária.

Ao invés de resolver os problemas sociais, cria tensão social, e vêm culpar os homens do MDB, como eu fui considerado culpado lá, por esse coronel arbitrário, dizendo que os catavotos, os caça-votos, os demagógicos do MDB vão lá, criar tumulto e subversão.

V. Exa. veja, nobre Deputado, se não é de criar revolta? Aquele povo, 430 famílias, estão sendo despejadas do chamado Parque Nacional Iguaçu, apesar e a despeito de terem escrituras públicas lavradas no Registro de Imóveis, com certidões vintenárias, de propriedade incontestada.

Levantar a dúvida sobre a legitimidade dos títulos, e a este título, a título de uma pseudo ilegitimidade despejar os homens daquela região comocando-os na Gleba Ocoí onde parte dela vai ser inundada pelo projeto Itaipu, colocando lá, não pagando

sequer as benfeitorias condignas?

Levanto aqui, Sr. Deputado Jayme Carvalho, não só um apelo, não só uma revolta, como também, um pedido de que se instaure justiça neste País, e é por isto, Deputado, que eu fui, ligeiro, a esta tribuna ontem, contestar a S. Exa. o Deputado Alfredo Gulin, quando defendia o AI5, que por extensão se aplica o entendimento, nestes casos. Ora, Se não há decisão judicial, se não há decisão do poder legislativo para fazê-lo, que é o Judiciário, de contestar determinadas formalidades aos atos arbitrários, como está dando prazo, como o poder administrativo vai dar prazo para despejo, seja qual for a posição, legítima ou ilegítima?

Quem deve declarar a legitimidade ou não dos atos e fazer a execução da lei, deve ser o Poder Judiciário.

Vai aqui o nosso apoio ao Poder Judiciário para que ele seja consultado em casos como este, não, fazendo arbitrariedades como V. Exa. denuncia e com propriedade, neste momento, como já denunciei e estou para fazê-lo no caso de Itaipu, no caso da Gleba São José e Santo Alberto, do chamado Parque Nacional.

Assomo a V. Exa. neste apelo veemente, porque é a primeira vez que viemos a esta tribuna e vimos a esta tribuna, para declarar arbitrariedades como esta.

Congratulo-me com V. Exa. e lamento que o próprio Ministro e eu tomo a liberdade de dizer, demagogicamente Ministro Allison Paulinelli, numa manchete que o ESTADO DO SÃO PAULO da semana passada publicou, declara:

"Governo não admite pressão contra os posseiros".

V. Exa. leu isto.

Se eles não sabem da condição, este povo que vem aqui reclamar se são efetivamente posseiros ou não, até prova contrária a ser feita a coligida no Judiciário, não se pode dizer se são realmente, ou não, posseiros.

Fala o Ministro, num discurso dirigido aos proprietários de terras no Acre, durante aquele entrega de títulos:

q "O Governo não quer admitir que o posseiro seja escorraçado da área em que ele está".

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Quero agradecer o aparte de V. Exa. que, tanto como homem público quanto como advogado, conhece profundamente os problemas dessa região.

Dá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o portador deste documento que para mim não serve como documento, chegou às minhas mãos.

Trata-se de um indígena, um homem genuinamente brasileiro e que reside nesta terra através da sua família, acerca de 60 anos. Não pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por um simples ofício, ser despejado sob pena de que se lhe faça a mais dura das injustiças. E nós, queremos deixar aqui, Sr. Presidente, para que se conste nos Anais dos trabalhos de hoje, o nosso voto de repúdio a esta ordem priunda do Incra e assinada por um simples engenheiro, Sr. Luiz Moises Jacobs, Também nosso voto de repúdio e descontentamento ao Sr. Ministro Allison Paulinelli, por não estar cumprindo as determinações apregoadas por ele do governo revolucionário que ele representa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Esta encerrada a hora do Expediente passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Thomazoni e Deni Schwartz, constante do expediente, Necessita de apoio, Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emendas ao Projeto de Lei nº 184/75, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. a retirada da Ordem do dia, destas duas Emendas que apresentei.

O SR. PRESIDENTE - Defiro.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 134/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Paranavai, objetivando construção do aeroporto do referido município.— Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 134/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de julho de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Paranavai, objetivando a construção do aeroporto do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-12-75

aa) **BASILIO ZANUSSO** — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 135/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Mal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual daquele município.— Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 135/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Mal. Cândido Rondon objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede daquele Município.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-12-75

aa) **BASILIO ZANUSSO** — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 136/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Kaloré, objetivando reparos nos prédios onde funciona o Ginásio Estadual Abrahan Lincoln, daquele Município.— Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 136/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Kaloré, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Abrahan Lincoln, da sede daquele Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-12-75

aa) **BASILIO ZANUSSO** — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL DO Projeto de Resolução Nº 137/75, que

aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Congonhinhas, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede daquele município.
Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 137/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, o município de Congonhinhas, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede daquele Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-12-75

aa) **BASILIO ZANUSSO** — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução 138/75, que aprova Termo Aditivo do Aconvênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Kaloré, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, daquela comuna.— Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 138/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 20 de agosto de 1975, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Kaloré, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede daquele Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1975.

aa) **BASILIO ZANUSSO** — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução 139/75, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Apucarana, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, da sede daquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 139/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, da sede daquele município.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-12-75

aa) **BASILIO ZANUSSO** — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 140/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Florai, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 140/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de Florai, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia e Cadeia Pública.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-12-75

aa) BASILIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 164/75, que aprova Convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e o município de Mal. Cândido Rondon, objetivando dar cumprimento a Dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquele Município. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 164/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1974, entre o Departamento Estadual de Trânsito, e o Município de Mal. Cândido Rondon, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 173/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Cascavel, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquele município. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 173/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de maio de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, e a Prefeitura Municipal de Cascavel, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) Sala das Comissões em 15-12-75
BASILIO ZANUSSO — Presidetne
FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 177/75, que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes de autarquias e dos cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e de Diretor da Polícia Civil do Estado. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Nº 177/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os vencimentos mensais dos cargos em comissão abaixo relacionados, não pertencentes à simbologia geral nos termos da Lei nº 6.461, de 25 de setembro de 1973, ficam fixados em:

Departamento de Estradas de Rodagem:

Diretor Geral — Cr\$ 7.150,00
Diretor Técnico — Cr\$ 6.500,00
Diretor Administrativo — Cr\$ 6.500,00

Departamento de Imprensa Oficial do Estado:
Diretor Geral — Cr\$ 7.150,00

Instituto de Assistência ao Menor:
Diretor — Cr\$ 7.150,00

Instituto de Previdência aos Servidores do Estado:
Superintendente — Cr\$ 7.150,00
Diretor do Dept. de Aplicação de Capital Cr\$ 7.150,00
Diretor do Dept. Médico — Cr\$ 5.700,00
Diretor do Dept. de Administração Geral - Cr\$ 5.700,00
Diretor do Departameo. de Previdência — Cr\$ 5.700,00

Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas:
Diretor — Cr\$ 7.150,00

Departamento Estadual de Administração de Material:
Diretor Geral — Cr\$ 7.150,00

Art. 2º - Os vencimentos mensais dos cargos em comissão, abaixo especificados, deixam de pertencer à simbologia geral e ficam fixados em:

Diretor da Polícia Civil (Sec. de Seg. Públ) Cr/ 7.150,00
Diretor do Detran (Sec. Seg. Pública) Cr\$ 7.150,00

Art. 3º - A gratificação de representação de gabinete dos ocupantes dos cargos abrangidos por esta lei será fixada em valor não superior ao da atribuída aos Diretores Gerais das Secretarias de Estado.

Art. 4º - Os ocupantes dos cargos abrangidos por esta Lei não farão jus ao pagamento de gratificação pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ressalvada no entanto a prestação de serviços extraordinários quando a necessidade de serviço assim o exigir, e sempre na base de 33.33 por cento e três vírgula trinta e três por cento dos vencimentos fixados.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de verbas próprias do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º - A extinção da simbologia dos cargos atingidos por esta Lei não determinará, em nenhuma hipótese, modificação de proventos de inatividade, os quais continuam tendo por base de cálculo o símbolo que era atribuído ao cargo na data da respectiva aposentadoria.

Art. 7º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-12-75
aa) BASILIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 154/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 249/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Parná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual, da sede daquele Município. — Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 155/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 265/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de São Mateus do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 156/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 268/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Santa Fé, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Mal. Arthur da Costa e Silva e o Ginásio Estadual de Santa Fé, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 157/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 270/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Renascença, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ney Braga, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 158/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 273/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Imbituva, objetivando reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 159/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 276/75, que aprova Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, objetivando desenvolvimentno em regime de colaboração na programação para o setor metal/mecânica da Região Sul, visando sua expansão e modernização. Parecer favorável da CCJ.—Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 160/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 279/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL eo Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, objetivando colaboração fiannceira com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, em cursos de treinamento. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 161/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 282/75, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entreo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o município de Colorado, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Parecer favorável da CCJ. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 162/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 228/75, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 163/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 134/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Conselho Nacional da Faixa Cidadão, objetivando aumentar os meios de radiocomunicação para defesa da ordem pública e Segurança paranaense. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução 165/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 179/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Administração, com o município

de Mal. Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Estadual Mal. Cândido Rondon, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 166/75, de autoria da Cmissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 188/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Etado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Carlos Gomes, na sede do referido Município.— Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 167/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 190/75, que aprova temo de Cnvênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Batista do Nascimento, da sede do referido município.— Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 168/75, de autoria da Comissão de Constituição e Jstiza, ex-Proposição 200/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Castro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo, Escolar Vicente Machado, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 169/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 205/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rolândia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Presidente Kennedy da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 170/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 278/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando colaborar financeiramente com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do paraná-FEMAPAR. Parecer favorável da CCJ- APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 171/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 283/75, que aprova termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o município de Paranacity, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.- Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Project de Resolução 172/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 289/75, de que aprova Termo de convênio celebrado entre a Superintendência do Desnevolvimento a Região Sul-SUDESUL, e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando elaboração dos termos de referências para o Plano Micro-Regional de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 178/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 146/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do

Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São Pedro do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Cecília Meirelles, da sede daquele município. — Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 179/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 156/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Cantú, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 184/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 293/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Altonia objetivando execução de ampliação no prédio onde funciona Unidade Escolar do Distrito de São Jorge. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 185/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 294/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paraíso do Norte, objetivando execução de melhorias nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 186/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 295/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruz Machado, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Everaldo Bacheuser, b. na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 187/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 296/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Astorga, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 188/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 297/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras e combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 189/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 298/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 190/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 299/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São José da Boa Vista, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar D. Maria Isabel Guimarães, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 191/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 301/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Barbosa Ferraz, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 192/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 304/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Centenário do Sul, objetivando execução do obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 193/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 309/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Uniflor, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 194/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 311/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Mandaguari, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 195/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 312/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Lobato, objetivando execução, de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 196/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 315/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando elaboração de projeto de Galerias de águas Pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 197/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 325/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Icaraima, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 198/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 327/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Florai, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 199/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 331/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná

através da Secretaria do Interior, com o Município de São João do Caiuá, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado, artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 200/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 333/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Goioerê objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 202/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 113/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul e o município de Foz do Iguaçu, com a intervenção do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.—Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 204/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 307/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Guaraci objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 206/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 202/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 202/75, que aprova Termo de Convênio celebrado através da Secretaria da Administração com o município de São Sebastião da Amoreira, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 207/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 233/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Jardim Alegre, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Anita Garibaldi, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 208/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 235/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Inajá, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Padre Anchieta e a Unidade Sanitária, da sede daquele Município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 209/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 246/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Copinzinho, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Visconde de Cairu, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 210/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 253/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Colombo, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 211/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 274/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Flórida, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Ginásio Estadual, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 212/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 284/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Barra do Jacaré, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária da sede do referido município.— Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 213/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 290/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Clevelândia, objetivando etivar o Fomento Agropecuário na Região, através de Feira Exposição. proporcionando melhoria da produção e da produtividade. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 214/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 292/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Altonia, objetivando execução de ampliação no prédio onde funciona a Unidade Escolar do Distrito de São João. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 215/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 300/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Porto Rico, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 216/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 302/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rio Bom, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 217/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 310/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do interior, com o município de Iguaçu, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 218/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 313/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Tamboara, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 219/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 314/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova

Londrina, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 220/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 316/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paraíso do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 221/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 317/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Satna Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 222/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 318/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Izabel do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 223/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 319/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Indianópolis, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 224/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 320/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paranaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 225/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 322/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Paraná, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 226/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 323/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 227/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 328/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 228/75, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 329/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, objetivando elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 229/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 330/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Aliança, do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 230/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 335/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Ivatuba, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Clóvis Beviláqua do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 231/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 281/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o município de Iguaçu, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 232/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 303/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a elaboração do projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 233/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 324/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Piquiri, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 234/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 326/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Pérola, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 235/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 332/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, daquele município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 236/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 340/75,

que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Administração de Recursos Hídricos, órgão da Secretaria do Interior e o Banco Nacional de Habitação, com a finalidade que especifica. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 237/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 341/75, que aprova convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Realeza, objetivando ampliação e melhorias no prédio da Unidade Sanitária, daquele município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 184/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 146/75, encaminhando anteprojeto de Lei que majora em 30 por cento os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão, das funções gratificadas dos Quadros Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e CF, COM EMENDA da CCJ e Parecer CONTRÁRIO à mesma da CF. — Encerra a discussão. — Em votação.

Em votação o parecer, ressalvadas as emendas. — Aprovado, o projeto.

Em votação a emenda da CCJ com parecer contrário da Comissão de Finanças. Portanto, será votada em ordem inversa. — Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Coronel de Infantaria Breno Vignoli, ocorrido na

cidade de Ponta Grossa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que digne determinar a instalação de um Posto de Saúde, em Oliveira Castro, município de Guaíra. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao jornal "O Estado do Paraná", tendo em vista ter publicado em data de 14 último, a íntegra do Projeto do Estatuto do Magistério, acatando desta forma sugestão desta Casa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco Brasileiro de Descontos, encarecendo a necessidade de implantação de unidade escolar na cidade de Maringá, por essa conceituada e sólida organização bancária. — Aprovado, em forma de apelo.

A Assembléia enviará o apelo do Sr. Deputado Valter Pietrângelo ao Banco Brasileiro de Descontos, não podendo a Assembléia como órgão, um legislativo estadual, mandar um apelo a uma sociedade civil, para que construa uma escola. O apelo será em nome do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, às horas regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234/75, e de Lei nºs 235, 236, 237 e 184/75.

Levanta-se a Sessão.